

INFORME

Jornada Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida em Goiás

Santa Helena de Goiás e Goiânia-GO
26 e 27 de novembro de 2024



SEM CERRADO
ÁGUA VIDA
CAMPANHA NACIONAL EM
DEFESA DO CERRADO



Este informe reúne as principais informações sobre a Jornada Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida em Goiás, realizada em novembro de 2024. A iniciativa foca no enfrentamento dos impactos dos agrotóxicos no Cerrado, destacando o protagonismo e as potencialidades das comunidades e organizações locais na defesa dos seus territórios. Além disso, aborda as ações e propostas de articulação com os poderes públicos. A sistematização e elaboração da publicação é uma iniciativa da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

ORGANIZAÇÃO

Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO

Roberta Quintino

DIAGRAMAÇÃO

André Gouveia

FOTOS

Heloisa Sousa

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO

E-mail: comunicacerrado@gmail.com

Site: www.campanhacerrado.org.br

INFORME

Jornada Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida em Goiás

Santa Helena de Goiás e Goiânia-GO
26 e 27 de novembro de 2024



Sumário

A CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO	00
INTRODUÇÃO	01
MISSÃO TERRITORIAL	02
PESQUISA ÁGUAS DO CERRADO	03
PESQUISA EXPOSIÇÃO A SUBSTÂNCIAS AGROTÓXICAS	04
DEBATE PÚBLICO	05
PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO AOS AGROTÓXICOS E FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA - O QUE FAZER?	06

A CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado é uma campanha permanente, criada em 2016, de ação contínua, que se configura como uma articulação em rede que reúne 56 movimentos sociais, organizações e redes que, juntas, buscam dar visibilidade ao Cerrado, seus povos, sua singularidade, sua sociobiodiversidade, e denunciar as diversas injustiças socioambientais promovidas contra esta savana e os diversos povos que a co-constituem. Essa dimensão de rede dá à Campanha o potencial de alcançar níveis nacionais e internacionais de incidência e luta por direitos, ao mesmo tempo em que se vincula concretamente com as lutas e estratégias territoriais desenvolvidas pelos povos do Cerrado nos mais diversos territórios.

SEM CERRADO
ÁGUA
VIDA

CAMPANHA NACIONAL EM
DEFESA DO CERRADO





INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil ao procurar se expandir promove uma profunda degradação socioambiental, utilizando-se de diversas formas de agressões contra os povos e comunidades do campo, seja pelo desmatamento, pelos incêndios criminosos, uso de agrotóxicos, contaminação das águas, corpos e territórios. E essa expansão se concretiza no avanço da fronteira agrícola, principalmente sobre as áreas do Cerrado, que é, hoje, a principal região brasileira produtora de grãos, como soja, milho, algodão herbáceo e café.^[1] O Cerrado, que é um dos principais mananciais do país, tem sido alvo de um envenenamento sem precedentes. Em 2018, mais de 600 milhões de litros de agrotóxicos foram despejados no bioma, o que representa mais de 70% de todo o veneno consumido no Brasil naquele ano, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).^[2]

[1] https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf

[2] <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/09/cerca-de-600-milhoes-de-litros-de-agrotoxicos-sao-lancados-no-cerrado-por-ano-diz-pesquisa>

Para debater esse cenário e construir ações coletivas de enfrentamento às violações por agrotóxicos, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e apoio da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, realizou, nos dias 26 e 27 de novembro de 2024, a Jornada contra os Agrotóxicos em Defesa da Vida em Goiás. A atividade foi composta por duas grandes ações: a **Missão Territorial**, realizada dia 26 no **Acampamento Leonir Orback**, em Santa Helena de Goiás, e a **Audiência Pública** intitulada “Os impactos dos Agrotóxicos em Goiás”, realizada dia 27 na **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)**, em Goiânia.

A Jornada contra os Agrotóxicos é o desdobramento de dois processos anteriores, sendo o primeiro: “Dos Territórios ao *Tribunal do Cerrado*: agrotóxicos em pauta” (2021-2022) e o segundo: “Contra o crime de ecocídio do Cerrado e genocídio dos seus povos: agrotóxicos em pauta” (2022-2023). Durante esses projetos, foram analisadas fontes de água de sete territórios tradicionais do Cerrado, e constatou-se a presença de resíduos de agrotóxicos, evidenciando os graves impactos da contaminação nas comunidades locais e no meio ambiente.

Desse modo, a realização da Jornada Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida em Goiás teve como propósito dar continuidade aos processos iniciados anteriormente, além de reforçar as estratégias e iniciativas de incidência política das comunidades e organizações locais frente aos impactos dos agrotóxicos no estado de Goiás. No âmbito da atividade, foi apresentada a devolutiva da pesquisa sobre a contaminação das águas por agrotóxicos, implementada por meio do protagonismo das comunidades e organizações locais, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que resultou na publicação: Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado bem como a divulgação de uma pesquisa inédita sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde da população do campo em Goiás, realizada pelo Laboratório de Mutagênese da Universidade Federal de Goiás (LABMUT/UFG).

Em razão da constante exposição a diversas formas de contaminação e violações decorrentes do uso de agrotóxicos nos grandes monocultivos que predominam em todas as regiões do estado, durante a realização da atividade, foram manifestados e registrados um conjunto de denúncias sobre a ineficiência do estado e dos órgãos públicos, além da apresentação de propostas para a proteção dos direitos humanos, as quais estão detalhadas neste informe.

MISSÃO TERRITORIAL

A abertura da Jornada Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida se deu com a Missão Territorial realizada junto à comunidade do Acampamento Leonir Orback, em Santa Helena de Goiás, no qual residem 170 famílias desde 2015, e vem sendo uma das mais afetadas pelo agronegócio na região. A atividade teve como proposta reunir especialistas, representantes de movimentos sociais e estudiosos do assunto, para discutir a realidade local de exposição aos agrotóxicos, refletindo sobre os problemas e possíveis caminhos para seu enfrentamento.

Com a participação da pesquisadora Fernanda Savicki, da Fundação Oswaldo Cruz, Andreyra Gonçalves Costa, professora do Laboratório de Mutação Genética da UFG (LABMUT/UFG), Roberta Quintino, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Gerailton Ferreira dos Santos da Campanha Cerrado e CPT Goiás e de representantes do território, foi realizada uma roda de conversa sobre os **impactos dos agrotóxicos na vida, na saúde, no meio ambiente e na alimentação das comunidades em Goiás**. Ressalta-se que foram convidados representantes do poder público, mas estes não compareceram à atividade.

Relatos dos representantes da comunidade destacaram as várias violações perpetradas pelo agronegócio na região, como a prática de incêndios criminosos, o desmatamento, a prática de pulverização aérea, o que resulta na contaminação das fontes de água que abastecem as famílias, gerando um quadro de adoecimento, com manifestações de doenças de pele, doenças respiratórias e cânceres, acarretado também o adoecimento dos animais. Além disso, essas violações têm afetado diretamente a segurança alimentar e nutricional das famílias, devido à contaminação dos alimentos.



Os representantes do Acampamento ressaltaram ainda a falha do Estado em assegurar os direitos das famílias acampadas, destacando, entre outras questões, a dificuldade de acesso efetivo aos serviços públicos essenciais. Um exemplo dessa ineficiência foi o despreparo dos profissionais de saúde para identificar e notificar casos de intoxicação decorrentes da exposição a agrotóxicos, comprometendo a proteção à saúde da população local.

No contexto da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Roberta Quintino destacou a organicidade da articulação da campanha, fundamentada em frentes estratégicas de atuação que incluem comunicação, incidência política, jurídico, internacional e formação. Áreas estruturantes para a Campanha e que promovem uma articulação direta com os territórios e comunidades mais vulneráveis à exposição e aos impactos causados pelos agrotóxicos, evidenciando a centralidade de sua atuação na denúncia das violações por agrotóxicos e no anúncio da agroecologia como caminho para um desenvolvimento justo e saudável da sociedade.

Um dos principais instrumentos apresentados foi o Guia de Denúncias, elaborado pela Campanha como ferramenta de apoio às populações afetadas. Este guia oferece um passo a passo detalhado para a realização de denúncias em casos de intoxicação por agrotóxicos, orientando desde a identificação dos danos e impactos até a coleta de provas, redação formal da denúncia e seu encaminhamento aos órgãos responsáveis. Além disso, o material apresenta orientações sobre outros mecanismos complementares de denúncia e busca de reparação, configurando-se como um recurso estratégico na luta contra as violações socioambientais relacionadas aos agrotóxicos, potencializando a defesa de direitos e a promoção de práticas sustentáveis. <https://contraosagrototoxicos.org/como-denunciar/>.



PESQUISA ÁGUAS DO CERRADO

Em continuidade à atividade, foram apresentados os resultados da pesquisa **“Vivendo em Territórios Contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado”**, implementada em sete territórios do Cerrado e que realizou análises toxicológicas ambientais sobre a qualidade das águas em comunidades dessas localidades, incluindo o Acampamento Leonir Orback, que vem sendo monitorado pela CPT Goiás e Campanha Cerrado desde 2021.

A pesquisa analisou amostras de água coletadas em quatro tipos de fontes diferentes, sendo eles definidos como: riacho/córrego, nascente, açude/reserva e cacimba/poço.

Segundo a pesquisadora Fernanda Savicki, da Fundação Oswaldo Cruz, o estudo, conduzido em duas fases, revelou a contaminação da água da comunidade por pelo menos cinco tipos diferentes de agrotóxicos, incluindo atrazina, 2,4-D, fipronil e glifosato. Além de sua alta toxicidade ambiental, o glifosato, que é o agrotóxico mais comercializado no Brasil, é considerado um agente potencialmente carcinogênico, assim como o fipronil. A atrazina é banida da União Europeia pelo fato de ser altamente tóxica ou perigosa ao ambiente e à saúde da população.

Ela destacou ainda que a legislação brasileira é altamente permissiva ao que se refere aos agrotóxicos, sobretudo quando comparada a legislações ambientais e de saúde estrangeiras, que são mais protetivas. Os níveis de resíduos de agrotóxicos liberados em água no Brasil são, muitas vezes, superiores aos valores máximos permitidos em países da União Europeia. Por exemplo, os níveis de glifosato permitidos em água no Brasil são 5 mil vezes superiores aos da União Europeia, ou seja, o limite máximo para glifosato e para qualquer outra substância é de 0,1 microgramas por litro de resíduo, e o Brasil autoriza 500 microgramas por litro de resíduos de glifosato.

Diante dos resultados e dos potenciais impactos ambientais e à saúde humana, Savicki enfatizou a necessidade de uma legislação ambiental mais rigorosa, incluindo a criação de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos. Além disso, ressaltou a necessidade de um monitoramento contínuo da qualidade ambiental em relação à presença de agrotóxicos, bem como a promoção de atividades de capacitação e conscientização voltadas aos profissionais de saúde do SUS, com foco especial nos territórios mais expostos a esses riscos.



PESQUISA EXPOSIÇÃO A SUBSTÂNCIAS AGROTÓXICAS

Coordenada pela pesquisadora Andreyra Gonçalves Costa, professora da equipe do Laboratório de Mutagênese da Universidade Federal de Goiás (LABMUT/ UFG)^[1], foram apresentados os resultados de um estudo inédito realizado com material coletado na comunidade local. A pesquisa analisou geneticamente amostras de sangue e fluido bucal de parte dos moradores, identificando os danos genéticos associados à exposição a substâncias agrotóxicas.

Segundo o estudo, a população exposta diretamente aos agrotóxicos apresentou níveis elevados de danos genotóxicos (prejuízo no DNA), indicando alterações que podem comprometer o funcionamento celular e aumentar o risco de doenças graves, como o câncer. Cabe registrar que a maioria dos expostos diretos são homens (60%), mas as mulheres (40%) estão significativamente representadas na exposição indireta.

A análise também identificou mutações celulares em diferentes níveis, com maior prevalência em quem tem contato direto com essas substâncias, a exemplo de células da mucosa bucal com alterações estruturais e sinais de morte celular precoce foram alguns dos indicadores detectados, reforçando o alerta sobre os riscos à saúde.

Além da divulgação junto ao público em geral, os participantes da pesquisa receberam individualmente os resultados. De acordo com a pesquisadora responsável pelo estudo, os dados serão divulgados junto aos gestores da área da saúde e do meio ambiente dos referidos locais de coleta.

[1] coordenado pela Prof^a. Dr^a. Daniela de Melo e Silva.



DEBATE PÚBLICO

Para discutir a problemática dos agrotóxicos com o conjunto da sociedade, em especial com autoridades do estado, a Jornada foi finalizada com a **Audiência Pública “O Impacto dos Agrotóxicos em Goiás”**, no Auditório Francisco Gedda, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO).

A Audiência foi presidida pela deputada estadual Bia de Lima, com a participação de Fernanda Savicki, da Fundação Oswaldo Cruz, Jakeline Pivato, da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida, Miller Caldas Barradas, pesquisador do Laboratório de Mutação Genética da UFG (LABMUT/UFG), Leila Lemes, da CPT Goiás, Laureana Fernandes, do Acampamento Leonir Orback, o representante da Secretaria de Estado da Saúde, Coordenador da Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, Magno Pereira Lima e o representante do Ministério Desenvolvimento Agrário, Rodrigo Gonçalves de Souza. A audiência contou ainda com a presença de comunidades do campo de diversas regiões do estado, que denunciaram as violações por agrotóxicos em seus territórios.



A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Campanha em Defesa do Cerrado, por meio de Leila Lemes, destacou a pesquisa nas águas do Cerrado e pontuou a necessidade de ações frente aos impactos causados pelos agrotóxicos, com foco especial na situação das famílias do Acampamento Leonir Orback.



Propondo assim um monitoramento contínuo das famílias expostas, devendo ser realizado em parceria com a Secretaria de Saúde do município de Santa Helena e do Estado de Goiás, com vistas à identificação e ao tratamento das pessoas intoxicadas, seja por exposição aguda ou crônica. Paralelamente, é indispensável implementar campanhas educativas para conscientizar a população sobre os riscos da exposição a esses produtos, especialmente no meio rural, onde o uso de agrotóxicos e a pulverização aérea agravam os impactos. A CPT reforçou a urgência de articular essas ações como parte de um compromisso ético com as gerações presentes e futuras, em defesa da vida, da saúde e da integridade dos territórios.

Do Acampamento Leonir Orback, representado por Nilva Costa, a integrante do setor de saúde do MST, relatou o cotidiano de vulnerabilidade da comunidade, que vive cercada por plantações contaminadas, sofrendo com os efeitos diretos e indiretos dos venenos agrícolas. Contexto que já resultou em doenças respiratórias



recorrentes e casos de câncer, levando à perda de vidas na comunidade. Nilva menciona que, somente nos últimos tempos, já foram registradas ao menos quatro mortes por câncer. No entanto, há um esforço coletivo para produção de alimentos saudáveis, livres de veneno, mesmo enfrentando os desafios impostos pelos agrotóxicos. O setor de saúde do acampamento

cumpre um papel importante de monitoramento constante dos moradores, identificando os períodos mais críticos, como as épocas de aplicação dos venenos.

O Coordenador da Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, Magno Pereira Lima, destacou a urgência de se repensar a legislação ambiental do Cerrado à luz das mudanças e desafios ambientais das últimas décadas. “Criada há mais de 40 anos, no final da década de 1960 e início de 1970, a legislação atual estabelece que as propriedades rurais no bioma Cerrado devem manter apenas 20% de área de reserva legal”, ou seja, com base na legislação vigente, há um risco real de que o Cerrado seja reduzido drasticamente, situação que comprometeria severamente o papel do bioma como regulador climático e hídrico. Outro agravante apontado é a permissão para que a reserva legal seja compensada fora da propriedade rural, por meio da compra de áreas de preservação em outras regiões. Essa prática resulta na formação de “bolsões desérticos”, isto significaria áreas extensas sem vegetação nativa.

De acordo com o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Rodrigo Gonçalves de Souza, o uso de agrotóxicos tem sido utilizado como arma química no campo, transformando o seu uso como instrumentos de disputa territorial e controle de recursos naturais, como água e solo. Ele pontuou ainda que a pulverização aérea de agrotóxicos, deixa de ser uma prática agrícola em muitos casos, é passa a ser empregada como ferramenta de violência estrutural, com impactos nos mananciais, lavouras, criações de animais e residências comprometendo a capacidade de permanência das famílias em seus territórios. Para Souza, a ausência de controle rigoroso sobre a pulverização e os efeitos de deriva dos agrotóxicos inviabiliza a aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável no campo. Com isso, recursos públicos destinados à saúde, à agricultura familiar e à recuperação ambiental são esvaziados diante dos danos provocados pela contaminação. Além disso, a situação compromete a implementação de políticas que visam assegurar a soberania alimentar e o direito à terra das comunidades rurais.

Representando a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, Jakeline Pivato, pontuou que no Brasil, o uso de agrotóxicos criou uma crise humanitária sem precedentes, onde comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e de agricultores familiares convivem com “chuvas de veneno”, água contaminada e graves consequências para a saúde, incluindo o aumento de doenças como o câncer. Enquanto isso, o setor do agronegócio, altamente lucrativo, continua a negociar commodities em bolsas de valores internacionais, alheio aos impactos sociais e ambientais que recaem sobre

as populações locais. O Brasil, maior consumidor de agrotóxicos do mundo, enfrenta uma realidade alarmante, com mais de 1 milhão de toneladas de veneno sendo utilizados anualmente. Ela destacou ainda que, a isenção de impostos (como o ICMS) sobre agrotóxicos onera os cofres públicos e transfere os custos para a população, sobretudo no sistema de saúde. Diante desse cenário, Pivato disse que o enfrentamento a conjuntura exige coragem política, articulação popular e ações concretas que vão desde a implementação de políticas de redução dos agrotóxicos e maior regulamentação e fiscalização até a ampla mobilização das comunidades com o objetivo de denunciar em escala global os crimes ambientais, sociais e de saúde pública cometidos pelo agronegócio e pela indústria de agrotóxicos.

A deputada estadual, Bia Lima, autora do requerimento para a realização da audiência pública, frisou que o objetivo da atividade vai além de apenas debater o assunto, mas sim buscar avanços na proteção das comunidades e territórios. Utilizando os resultados das pesquisas e constatações feitas como base para ações práticas. A parlamentar comentou ainda que na Assembleia Legislativa, a grande maioria dos parlamentares estão alinhados com os interesses do agronegócio, que promove o uso intensivo de venenos e apoia práticas como a pulverização aérea. Portanto, não será uma tarefa simples. No entanto, é essencial um trabalho de forma estratégica, conquistando espaço, por meio da conscientização e do fornecimento de informações claras e fundamentadas, para, assim, convencer os pares da gravidade do problema. Por fim, a deputada salienta que a partir dessa construção de conhecimento e convencimento, será possível, então, avançar com propostas concretas, como a apresentação de projetos de lei que efetivamente enfrentem esse desafio.



PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO AOS AGROTÓXICOS E FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA - O QUE FAZER?

Diante dos debates, denúncias e dados apresentados durante os dois dias de atividade da Jornada contra os Agrotóxicos em Defesa da Vida em Goiás, os participantes ressaltaram a necessidade urgente de enfrentar as violações e impactos causados pelos agrotóxicos e, ao mesmo tempo, promover políticas públicas que fortaleçam a agroecologia como alternativa sustentável para a produção de alimentos. A seguir, apresentamos as principais propostas formuladas para avançar nesse cenário:

Leis de proibição de pulverização aérea: propor legislação estadual e municipal para a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos, a exemplo da Lei nº Lei 16.820/19, conhecida como Lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos em todo o estado do Ceará;

Leis de proteção ambiental mais rígidas: criar e reforçar legislações ambientais que garantam maior proteção aos recursos naturais, com ênfase na preservação das nascentes e da biodiversidade;

Leis de redução de agrotóxicos: propor legislação estadual e municipal para a redução de agrotóxicos no território;

Territórios livres de agrotóxicos e transgênicos: propor legislação estadual e municipal para a criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos;

Monitoramento da qualidade ambiental relacionada aos agrotóxicos – VSPEA: Implementar sistemas de monitoramento contínuo da qualidade ambiental em regiões afetadas pelo uso de agrotóxicos, com foco na saúde da população e na preservação dos ecossistemas;

Iniciativas intersetoriais de saúde, meio ambiente e educação: Estabelecer programas intersetoriais que integrem saúde, meio ambiente, educação e participação social, especialmente voltados para as comunidades impactadas pelos agrotóxicos, como nos acampamentos e assentamento;

Promoção de atividades de formação e sensibilização dos profissionais de saúde do SUS: Capacitar os profissionais de saúde, especialmente nas regiões mais expostas aos agrotóxicos, para que possam notificar/diagnosticar e tratar doenças relacionadas à intoxicação.

Ampliação de espaços de diálogo e denúncia: Criação de canais unificados de denúncia e missões permanentes para monitorar os impactos dos agrotóxicos, em articulação com o Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e outras instâncias governamentais.

Implementar políticas de apoio à agroecologia: Propor ações/ legislações de incentivo à transição agroecológica, promovendo o acesso a financiamento, tecnologias e suporte institucional para os agricultores familiares.

Realização de audiências públicas e mobilização popular: Promover audiências públicas em municípios diretamente afetados, como Santa Helena de Goiás, para envolver as comunidades locais e os representantes políticos;

Denúncia Internacional: Propor/viabilizar a realização de denúncias sobre a exportação de agrotóxicos proibidos em outros países para o Brasil a fóruns internacionais;

Monitoramento de denúncia de crimes ambientais: Criação de um sistema de monitoramento permanente e denúncias sobre os impactos ambientais dos agrotóxicos, em articulação com as autoridades competentes, para garantir a responsabilização dos infratores.

Tribunal Popular: Construção de um Tribunal Popular Contra os Agrotóxicos, com o objetivo de denunciar os crimes ambientais, sociais e de saúde pública cometidos pelo agronegócio e pela indústria de agrotóxicos.

Ofício às secretarias de saúde: Encaminhamento de ofícios para as secretarias de Saúde estaduais e municipais, solicitando políticas públicas de defesa e acompanhamento de saúde para as comunidades impactadas pelos agrotóxicos.

Carta denúncia: Elaboração e oficialização de uma carta de denúncia, com o apoio da Assembleia Legislativa, direcionada ao Ministério Público Estadual, por meio do Núcleo de Direitos Humanos, e ao Ministério Público Federal, denunciando os impactos na saúde e no meio ambiente causados pelo agronegócio no estado de Goiás.